



KÜNG, Hans. *JESÚS*. Madrid: Editorial Trotta, 2014 (trad.), 23 x 14,5 cm, 215 p.

Ney Brasil Pereira\*

Este é um livro *necessário* para ajudar a conhecer Jesus<sup>1</sup>. Responde extraordinariamente bem à pergunta feita pela vez primeira em Cesareia de Filipe (Mc 8,29): *E vós, quem dizeis que eu sou?* Pergunta, aliás, antecipada, no quarto evangelho, sob o ponto de vista dos primeiros discípulos: *Mestre, onde moras?* (Jo 1,38) O que equivale a perguntar: *Como vives? Quem és?* Livro “necessário”, “extraordinário” etc, mas evidentemente não “insuperável”, porque a bibliografia sobre Jesus é imensa, e é claro que, mesmo depois do lançamento deste livro de Hans Küng na Alemanha, em 2012, os livros e artigos sobre Jesus, científicos ou de divulgação, continuam a ser escritos e publicados em todas as línguas, num ritmo que não é possível acompanhar e que, pelo jeito, jamais se estancará.

Li e reli o livro, e tornarei a lê-lo, tal a densidade do seu conteúdo, num número relativamente pequeno de páginas. Veja, porém, o leitor, antes das minhas considerações, a opinião expressa na orelha esquerda da capa: “A essência do cristianismo não é um conteúdo dogmático abstrato ou uma doutrina geral, senão, desde sempre, uma figura histórica vivente: Jesus de Nazaré. Frente a uma cristologia ‘de cima’, Hans Küng oferece neste conciso livro, escrito com ‘sóbrio apaixonamento’ o perfil singular do Nazareno visto ‘de baixo’, adotando por assim dizer a perspectiva dos que foram os primeiros discípulos de Jesus. Esta aproximação ao Jesus histórico se apoia na sólida base da riquíssima exegese bíblica dos últimos dois séculos. Porque, segundo entende o teólogo Küng, somente graças a um consciencioso trabalho histórico-crítico é possível aclarar o modelo de vida cristão: Jesus de Nazaré reconhecido como o Messias, o *Christós*, o Ungido e Enviado de Deus que é fundamento de toda autêntica espiritualidade cristã. *Cristão* é todo aquele que em seu

\* O recenseur é Mestre em Ciências Bíblicas, ex-membro da Pontifícia Comissão Bíblica, e Professor emérito do ITESC, em Florianópolis, SC.

<sup>1</sup> O leitor não estranhe o acento agudo na última sílaba do nome de Jesus: em português não tem acento, mas em espanhol, que é a tradução que utilizo, tem.





caminho pessoal se esforça por orientar a prática de sua vida conforme a este Cristo Jesus que lhe vem ao encontro nos testemunhos bíblicos”.

Chama a atenção a concisão do título: “*Jesus*”. Simplesmente, “Jesus”, sem qualquer subtítulo. Os capítulos são apenas sete: 1. O peculiar do cristianismo. 2. O cruzamento social de coordenadas. 3. A causa de Deus. 4. A causa do ser humano. 5. O conflito. 6. A nova vida. 7. Consequências para uma prática cristã da vida. Naturalmente, há também algumas páginas introdutórias. Apenas cinco.

Essa introdução tem um título pessoal: “*Como me aproximei de Jesus*” (p. 9). E começa recordando o fato de que ele, Küng, como numerosos outros católicos antes do concílio Vaticano II, cresceu “com a imagem tradicional do Cristo do credo, dos concílios helenísticos e dos mosaicos bizantinos: Cristo Jesus como ‘filho de Deus’ em seu trono, um ‘salvador’ benevolente com os homens e, antigamente, para a juventude alemã, o ‘Cristo Rei’<sup>2</sup>. Nas aulas de catecismo aprendia fórmulas dogmáticas que não entendia, sobre “uma pessoa divina em duas naturezas”, segundo a cristologia “de cima”, que foi a da sua teologia na Gregoriana. Depois dos sete anos em Roma, surgiu-lhe a oportunidade de conhecer o Cristo “de baixo”, graças à moderna ciência bíblica. E escreve: “O estudo consciencioso da literatura exegética, tanto católica como evangélica, em conexão com meus cursos, seminários e publicações, viu-se esporeado por minha enorme ânsia de saber mais acerca desse ‘desconhecido’ Jesus terreno” (p. 9).

Menos de dez anos depois do Concílio saiu, em 1974, o seu volumoso livro “*Ser cristão*”, logo traduzido no Brasil<sup>3</sup> e, sucessivamente, em mais 14 línguas, também logo despertando, cá e lá, acerbas críticas sobre o avançado, mesmo o “herético”<sup>4</sup>, da sua cristologia. Novamente Küng: “Depois de tanto navegar perseguindo amplos horizontes teológicos, experimento agora, pelo final da minha atividade acadêmica, a necessidade e alegria de retornar ao centro da minha teologia, onde lateja meu coração, e de voltar a elaborar esse centro com toda a clareza possível. [...]”

<sup>2</sup> Não só para a juventude alemã, mas para os católicos em todo o mundo, incentivados pela instituição da festa de Cristo-Rei por Pio XI, em 1925.

<sup>3</sup> KÜNG, Hans. *Ser cristão*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976, 570 p. Tenho comigo interessante recensão desse livro, escrita por Urbano ZILLES e publicada no “Jornal do Brasil”, RJ, 27-02-77, Suplemento, p. 7.

<sup>4</sup> Ainda recentemente, na opinião do Cardeal Müller, Prefeito da Congregação da Doutrina da Fé, em entrevista cuja data não tenho em mãos.



“Hão de comparar este meu livro com os dois livros de Joseph Ratzinger/Bento XVI<sup>5</sup>, sobre Jesus de Nazaré. Na realidade, ambos demos forma à nossa imagem de Jesus quando éramos professores de dogmática em Tubinga, nos anos sessenta do século passado. Evidentemente não pretendo construir nenhuma contraposição irreconciliável entre as nossas imagens de Jesus. Deveria, porém, recordar que já em sua *Introdução ao Cristianismo*<sup>6</sup>, escrita em Tubinga, meu colega Ratzinger oferecia uma caricatura polêmica da moderna investigação sobre Jesus, enquanto eu entabulava decididamente a discussão com a exegese histórico-crítica e edificava assim meu livro, *Ser cristão*, de maneira rigorosa e sistemática, sobre os achados surgidos com a crítica do Novo Testamento. [...] Para construir a sua imagem de Jesus “de cima”, Ratzinger se inspira de forma decisiva no dogma dos concílios helenísticos dos séculos IV e V e na teologia de Agostinho e de Boaventura. Interpreta, não sem incorrer em círculos viciosos, os evangelhos sinóticos a partir de João e este, por sua vez, a partir de Niceia (325), enquanto eu, de minha parte, os considero a partir do próprio Novo Testamento. Assim, ele apresenta sem falha uma imagem de Jesus fortemente divinizada, ao passo que eu trabalho com o Jesus histórico e elaboro seu dramático conflito fundamental com a hierarquia religiosa e a piedade farisaica... com todas as suas consequências”(p. 11-12).

Concluindo sua breve introdução, Küng afirma respeitar e entender que, para os judeus, a Torá e, para os muçulmanos, o Alcorão, seja “o caminho, a verdade e a vida”... enquanto para ele, como cristão, esses valores concretizam-se em Jesus. Em Jesus, reconhecido como o Cristo. E continua: “A partir desta base cristã solidamente fundada, que, enquanto cristão, me proporciona uma identidade espiritual, pude e posso atrever-me a submergir também na aventura espiritual do diálogo com judeus e muçulmanos, com crentes e não crentes” (p. 13). Qual é essa base? Ele a resume neste “Creio”, apresentado como “inteiramente pessoal”, e com o qual também encerrará o livro: “*Seguindo o Cristo Jesus, / o ser humano pode, no mundo atual, viver, agir, sofrer e morrer realmente como ser humano: / na ventura e na desgraça, na vida e na morte, / sustentado por Deus e ajudando aos outros*” (p. 13 e p. 207).

<sup>5</sup> RATZINGER, Josef/Bento XVI. *Jesus de Nazaré*, volume I: Do batismo no Jordão até a Transfiguração, São Paulo, Planeta, 2007, 330 p.; e volume II: Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição. São Paulo: Planeta, 2011, 271 p.

<sup>6</sup> RATZINGER, Josef. *Introdução ao Cristianismo*. Preleções sobre o símbolo Apostólico, São Paulo: Herder, 1970 (trad.).



No primeiro capítulo (p. 15-32), Küng reflete sobre o **peculiar do cristianismo**. E começa aprofundando o conceito de “cristão”, esse termo que pela primeira vez surgiu em Antioquia, segundo informa Lucas nos Atos dos Apóstolos (At 11,26). Como então, nos inícios da Igreja, também hoje, ser “cristão” deve fazer a diferença. Por isso, há uma *contradictio in terminis* na expressão “cristão anônimo”. E argumenta: “Um bom humanismo é digno de honra, mesmo sem bênção eclesial e beneplácito teológico. Mas o cristianismo comporta uma adesão expressa a este único nome, Cristo. Nem mesmo os teólogos cristãos deveriam sentir-se dispensados de fazer-se esta pergunta: o quê, quem, se esconde realmente por trás deste nome?” (p. 21).

E continua, introduzindo a discussão sobre o Cristo histórico: “Há um fato patente, sobre cujas possíveis causas vale a pena refletir com seriedade: após a queda de tantos deuses em nosso tempo, este Jesus, fracassado ante seus adversários e traído sem cessar por seus ‘fiéis’ ao longo dos séculos, continua sendo para inúmeras pessoas a figura mais impressionante da longa história da humanidade, algo incompreensível sob muitos pontos de vista. Representa uma esperança para evolucionistas e revolucionários, fascina a intelectuais e anti-intelectuais. Estimula os capacitados e os ineptos. Proporciona sem cessar novos motivos de reflexão, tanto a teólogos como a ateus. Obriga as Igrejas a se perguntarem criticamente se são seu túmulo ou seu testemunho vivo. É, enfim, um raio ecumênico que irradia por cima das Igrejas cristãs até o núcleo do judaísmo e das outras religiões. [...] Tanto mais urgente se torna a questão da verdade: que Cristo é o verdadeiro Cristo? [...] O Cristo dos sonhos ou o da realidade? O Cristo sonhado, ou o Cristo real?” (p. 21-22).

A seguir, apoiado nos dados da crítica histórica, assim resume a sua posição aos que ainda insistem em reduzir Jesus a um mito: “Jesus de Nazaré não é um mito: sua história se pode *datar*. Não é um mito intemporal como os que criaram as primeiras culturas superiores da humanidade. Não é um mito da vida eterna, como o do Egito. Não é um mito da ordem cósmica, como o da Mesopotâmia. Não é um mito do mundo cambiante, como o da Índia. Não é o mito do homem perfeito, como na Grécia. Trata-se da história de um homem que nasceu na Palestina em começos da nossa era no tempo do imperador Augusto, atuou publicamente no reinado de seu sucessor, Tibério, e foi julgado pelo procurador imperial Pôncio Pilatos.” (p. 26).



Terminando o primeiro capítulo, Küng assim resume o valor histórico do Novo Testamento: é “o livro da literatura mundial que foi mais detidamente investigado, devido ao trabalho minucioso realizado ao longo de mais de trezentos anos por gerações inteiras de estudiosos. Nos campos da crítica textual, da crítica das formas e dos gêneros literários, junto com a história dos conceitos, motivos e tradições, a erudição batalhou por cada frase, e até por cada vocábulo. [...] É assim possível ressaltar *os traços fundamentais e os contornos que caracterizam a pregação, o comportamento e o destino de Jesus*. E precisamente é isto que resulta suficiente e decisivo para quem crê, mesmo que não se demonstre a assim chamada autenticidade de cada uma das palavras de Jesus ou a historicidade de cada um dos relatos a seu respeito” (p. 32, grifo do autor). Sendo Jesus o específico do cristianismo, é necessário investigar quem ele era e o que queria, e isto no contexto social do seu tempo. É o que examina o segundo capítulo (p. 33-73), intitulado **O cruzamento de coordenadas**. E o primeiro pressuposto a não esquecer é o *judaísmo* de Jesus, que era judeu de nascimento, família, educação, religião. Mas a que judaísmo pertencia?

Era um judeu do *establishment*, legitimando o sistema político-religioso do seu tempo? Absolutamente não. Pois os representantes do sistema – sacerdotes, anciãos, escribas – todos eles rapidamente se tornaram inimigos de Jesus. Assim, o Jesus da história não foi *sacerdote*, nem *teólogo*. “Ao aplicar à vida o Antigo Testamento, não fez exegese de escola à moda dos teólogos-escribas nem recorreu à autoridade dos antigos, mas propôs sua própria mensagem com surpreendente liberdade, imediatez e evidência de método e conteúdo” (p. 35). Ele não foi, também, *um militante ou simpatizante do partido liberal-conservador no poder*, o dos saduceus. Pelo contrário, “seus pensamentos centravam-se num futuro melhor, no futuro melhor do mundo e do ser humano. Esperava em breve uma mudança radical da situação. Por isso, criticou com palavras e ações a situação existente e pôs em questão a ordem eclesiástica estabelecida. [...] Ele, como muitos homens religiosos do seu tempo, acreditava em um reinado universal de Deus, que ia chegar num futuro imediato e levaria o mundo à sua consumação final” (p.37). Sua pregação, diferentemente da sombria ameaça de julgamento do asceta João, foi um anúncio alegre do reinado de Deus que é antes de tudo graça para todos, sem preocupação com a ordem estabelecida, marcada pelo culto do Templo e a observância da Lei.



Era, então, um *revolucionário*? Esta pergunta tem sido levantada desde o início do estudo histórico-crítico dos evangelhos, desde Reimarus no séc. XVIII, e Küng, a propósito, comenta algo da constante resistência espiritual e política do povo judeu à dominação romana (p. 40-43). Jesus, porém, expressamente resistiu ao recurso à violência, inclusive rejeitando a opção por um messianismo político, como se deduz do episódio evangélico das tentações. Se de “revolução” se pode falar, a respeito de Jesus, é a da “não-violência”. Ele não pregou nenhuma revolução político-social, nem de direita nem de esquerda. E no entanto, “foi mais revolucionário que os revolucionários”, ao ensinar: “em vez de aniquilação dos inimigos, amor aos inimigos; em vez de vingança, perdão incondicional; em lugar do uso da força, abertura ao sofrimento; em lugar de cantos de ódio e vingança, exaltação dos pacificadores; em lugar da ânsia pelo poder, a disposição para o serviço” (p. 48-49).

Estando assim as coisas, pergunta Küng, seria Jesus um defensor da retirada e isolamento do mundo, de uma religiosidade alheia ao secular, de um *ascetismo e absenteísmo monacal*? Também não, e isto não é uma constatação anacrônica, pois havia “monges”, no seu tempo, como os essênios de Qumran, cujas características são comentadas nas pp. 54-58. A propósito, ao orar por seus discípulos, na véspera da sua paixão, Jesus não pede ao Pai que os retire do mundo... (Jo 17,15) Jesus não foi também um *devoto da Lei*, como os fariseus, opondo-se constantemente ao seu casuismo. Mais: “Jesus não foi um homem educado na corte, como o foi presumidamente Moisés; nem filho de reis, como Buda; tampouco foi um homem douto e político, como Confúcio; nem um rico negociante, como Maomé. Por ser precisamente de procedência tão insignificante, resulta tanto mais assombrosa sua persistente significação” (p. 72-73). Mas agora, positivamente, o que caracteriza Jesus? Qual o seu centro?

O capítulo terceiro do livro (pp. 75-97) responde à pergunta anterior, estudando **a causa de Jesus**, o centro da sua pregação e do seu comportamento. E a resposta, sinteticamente, é esta: *a causa de Jesus é a causa de Deus no mundo* (p.75, grifo do autor), ou seja, o seu “reinado” ou “reino”. E este, anunciado como futuro, mas iminente: “todo o contrário da resignação, segundo a qual Deus fica no mais além e o curso da história permanece imutável”. Em verdade, “o presente é tempo de decisão à luz do futuro absoluto de Deus. A polaridade do ‘ainda não’, porém ‘já’, constitui a tensão da vida do ser humano e da história da humanidade” (p. 79).



Ainda quanto ao *reinado* de Deus, sua consumação “não chega por evolução social (espiritual ou técnica), nem por revolução social (de direitas ou de esquerdas), mas sobrevém exclusivamente por ação de Deus, uma ação que não se pode nem prever nem extrapolar. Uma ação, no entanto, que não exclui, mas inclui a ação do ser humano aqui e agora, no âmbito individual e social”.

Küng comenta também os *milagres* de Jesus, sinais do Reino, de cuja tradição diz que é “muito mais controvertida que a tradição dos discursos”, pelo fato de que há uma tensão evidente entre a experiência do maravilhoso e a configuração técnico-racional do mundo. Entretanto, “mais importante que o número e a envergadura das curas, expulsões de demônios e outros feitos maravilhosos de Jesus é o fato de que ele se volta com simpatia e compaixão para aqueles aos quais ninguém dá atenção: os enfermos, os abandonados, os descartados da sociedade (p. 88). E continua: “Jesus não se limitou a falar, mas interveio efetivamente na esfera da enfermidade e da injustiça. Não só teve o poder de pregar, mas também o carisma de curar. Não é um mero pregador e conselheiro, mas ao mesmo tempo curador e auxiliador.”

Qual é, porém, a norma suprema do seu agir e, em consequência, do agir humano? Não é uma lei moral natural, nem mesmo uma lei revelada, interpretada legalisticamente, mas *a vontade de Deus*, aquilo que Deus quer. O “faça-se a tua vontade” é determinante para Jesus até no momento da sua paixão (p. 92). Este, aliás, é o sentido profundo, exigente, do sermão da Montanha, sempre considerado um desafio “para cristãos e não cristãos, para os jacobinos da Revolução francesa e para o socialista Kautsky, para Tolstoi e para Albert Schweitzer” (p. 95). Ainda sobre o sermão da Montanha, conclui Küng: “Não se visa aí uma superficial ética da situação. Pois não é a situação que vai determinar tudo, mas sim, em cada situação, a exigência incondicional de Deus, que quer dispor inteiramente do ser humano. Com o olhar voltado para o definitivo e último – o reinado de Deus – espera-se do homem a sua transformação radical” (p. 97).

A **causa do homem** é o título do quarto capítulo (p. 99-129): “Jesus propõe um ser humano distinto, um homem novo, quer dizer uma mudança radical de consciência, uma atitude fundamentalmente diversa, uma orientação totalmente nova de pensamento e ação” (p. 99). Nesse sentido, não se pode aqui falar de “paz” mas de “espada” (cf. Mt 10,34), com o rompimento de todos os vínculos, até consigo mesmo!





Mas, afinal, o que é que Deus quer? “A vontade de Deus, da primeira à última página da Bíblia, aponta para o bem do homem em todos os níveis, seu bem completo e definitivo: em termos bíblicos, a “salvação” de cada ser humano” (p. 101). Nesse sentido, Jesus relativiza as tradições e instituições: a *causa de Deus* não é a Lei, mas o homem; a *causa de Deus* não é o Templo nem o culto, mas o homem; “sempre que se trata de defender a vontade de Deus contra a oposição dos poderosos, Jesus o faz com uma combatividade sem condições, nada tendo a ver com essa debilidade decadente que Nietzsche tanto detestava (p. 105).

Quanto ao maior mandamento, Jesus associa indissolavelmente o amor a Deus e o amor ao próximo. E este, não o próximo longínquo, mas aquele, quem quer que seja, que no momento precise de mim. “Quem entende os mandamentos a partir da Lei, e não do amor, cai continuamente em conflitos de colisão de deveres. O amor, ao contrário, põe fim à casuística: o homem já não se orienta mecanicamente segundo o mandamento ou a proibição, mas segundo o que a realidade concreta exige ou permite” (p. 109). Mais ainda. Segundo Jesus, e isto é característico dele, é preciso amar também aos inimigos, *como o Pai celeste, que faz nascer o sol sobre maus e bons*. Mais ainda: amor quer dizer perdão; amor quer dizer serviço; amor quer dizer renúncia (p. 112-113).

Típica ainda de Jesus foi a sua comunhão de mesa com os chamados “pecadores”, com tanto escândalo dos “piedosos”. Escândalo também com a “alegria maior”, no céu, por um pecador que se converta, do que com noventa e nove justos... e com essa inversão dos primeiros pelos últimos, e dos últimos pelos primeiros! Mas, aqui, uma pergunta: Como se justifica esta graça, este perdão, esta libertação e redenção dos pecadores? É “porque Deus mesmo não condena, mas perdoa; porque Deus mesmo, liberrimamente, antepõe a graça ao direito, exercendo o direito da graça!” (p. 127) É por isso que o próprio Jesus atreveu-se, mais vezes nos evangelhos, a perdoar os pecadores, suscitando a reação imediata dos “piedosos”: Quem pode perdoar pecados senão Deus?

Daí resultou o conflito – de vida ou morte – com todos aqueles a quem desmascarou, cujo falso comportamento denunciou. “Muito cedo, imediatamente depois do episódio do perdão dos pecados, do banquete com os publicanos, da inobservância do jejum, da violação do descanso sabático, o evangelho de Marcos (Mc 3,6) nos informa sobre a trama dos seus adversários, os representantes da Lei, para ver como liquidá-lo” (p. 129).





O quinto capítulo, justamente intitulado **O conflito**, começa com uma observação sobre o que seja o “escândalo”: pequena pedra na qual se pode tropeçar. E continua: “O próprio Jesus veio a ser pedra de escândalo; tudo o que disse e fez foi um escândalo ininterrupto. A que tremendas consequências teóricas e práticas o levou sua particular identificação radical da causa de Deus com a causa do homem! Combativo em todas as direções, de todos os lados foi também combatido” (p. 131). “Não obstante, este homem, que com sua doutrina e seu comportamento se fez merecedor de ataques mortais, também encontrou espontâneas demonstrações de confiança e carinho. Em outras palavras: ante ele, os ânimos se dividiram”. De fato, um homem pobre, insignificante, sem ofício nem dignidade, “que no entanto se arroga poder e relevância tais, que anula praticamente a autoridade de Moisés e dos Profetas e reivindica para si a autoridade de Deus, como não vai dar razão a que o tachem de falso mestre, de profeta enganador, de blasfemo e de sedutor do povo?” (p. 139)

Várias belas e profundas páginas (p. 139-149) dedica Küng ao estudo do conceito de Deus que transparece das palavras e da ação de Jesus: revolução no conceito de Deus; “Pai dos perdidos”; singular invocação, o *Pai nosso*; seu Pai e nosso Pai. E chega a esta conclusão; “o anúncio e a invocação de Deus como Pai, com toda a sua novidade e originalidade, devolveu sua luz sobre Aquele que com tal novidade e originalidade o anunciou e invocou. E da mesma forma que, no princípio, não se podia falar de Jesus sem falar deste Deus e Pai, assim também foi depois muito difícil falar deste Deus e Pai sem falar de Jesus. [...] Nossa relação pessoal com Jesus passou a determinar como, a seu exemplo, relacionar-nos com este Deus e Pai, em testemunho do qual ele se deixou matar” (cf. p. 149-150).

Introduzindo o tema do “fim” de Jesus, Küng observa: “O protagonista, tão provocativo em sua magnanimidade, desenvoltura e liberdade, converteu-se em um silencioso e paciente personagem. Com suas palavras e ações, ele *havia feito todo o possível para merecer a morte* e contava, assim, com um final violento. Não que provocasse ou quisesse diretamente a própria morte. Mas *viveu com a morte em vista* e aceitou-a livremente [...], por descobrir nela a vontade de Deus. Não suportou simplesmente a morte, mas cedeu e entregou a própria vida” (p. 150). Seguem comentários à última ceia, à prisão, processo, julgamento, execução. A morte violenta, na cruz, tão diferente da de outros “fundadores” de religião, como Moisés, Buda, Confúcio, Maomé, tão diferente também das cruzes de tantos outros crucificados da época, estava implícita na lógica



de sua pregação e do seu comportamento (cf. p. 156-157). A acusação religiosa, segundo a qual Jesus desafiara o *establishment* religioso da época, era verdadeira; a acusação política, de que ele aspirasse ao poder messiânico-político, era falsa (p. 159).

“A morte de Jesus significou então a vitória da Lei. Questionada radicalmente por Jesus, a Lei devolveu-lhe o golpe e o matou. [...] Seu sofrimento sem protestos e sua morte em abandono, sob o signo da maldição e da infâmia, foram para seus inimigos, como também para seus amigos, sinal inequívoco de que havia terminado a aventura: ele não tinha nada a ver com o verdadeiro Deus. [...] Jesus morre não só abandonado pelos homens – abandono um tanto atenuado em Lucas e em João – mas absolutamente abandonado<sup>7</sup> por Deus. [...] A especial comunhão em que Jesus se cria com Deus nos dá a medida do seu abandono. Este Deus e Pai, com quem ele se havia identificado inteiramente até o fim, no fim não se identifica com ele. [...] Como se continuaria a crer em sua palavra, se ele emudeceu após expirar com um grito escandaloso?” (p. 160-162)

O 6º capítulo, com o título **A nova vida**, começa assim: “Chegamos ao ponto mais problemático da nossa exposição sobre Jesus de Nazaré. Quem até aqui nos tenha compreendido bem, pode ser que aqui sofra um tropeço. Seria muita pena, pois se trata ao mesmo tempo do ponto mais problemático da nossa própria existência” (p. 163). Com a morte, aparentemente, tudo se acaba. Também para Jesus, cuja morte, humanamente, foi um fracasso total? Aqui, porém, temos “um fato histórico indiscutível: o movimento dos seguidores de Jesus começou a revestir importância só depois de sua morte. Com sua morte, pois, nesse sentido, não se acabou tudo: a “causa” de Jesus seguiu adiante!” (p. 164) Neste ponto, Küng faz uma série de perguntas para tentar entender o enigma histórico da origem do cristianismo, tão diferente da paulatina expansão dos exitosos sábios Buda e Confúcio, e da expansão, em parte violenta, das doutrinas do vitorioso Maomé? “Qual foi a chispa que, depois do catastrófico desenlace da curta vida de Jesus, desencadeou um desenvolvimento tão original na história do mundo?” (p. 165)

A seguir, Küng discute várias dificuldades em relação à fé na ressurreição, os conceitos de ressurreição ou ressuscitação, e esta, “se histórica, representável, corporal”, e afirma: “Não se pode prescindir da

<sup>7</sup> Küng faz sua análise a partir do evangelho de Marcos, segundo o qual, a única palavra de Jesus na cruz foi o grito de abandono. Acontece que esse grito, que é o primeiro v. do SI 22, se transforma, a partir do v. 22, em promessa de louvor e ação de graças!



realidade do ressuscitado. É Deus mesmo quem decide na Páscoa sobre a causa de Jesus, que seus discípulos haviam dado por perdida: a causa de Jesus tem sentido e segue adiante, porque Jesus mesmo não desaparece, fracassado, na morte, mas vive, plenamente legitimado por Deus” (p. 173). A seguir, responde à pergunta sobre o sentido da “ressuscitação”, que “não é um retorno a esta vida espaço-temporal, mas assunção à realidade última que chamamos Deus, e se efetua com a morte, na morte, da morte” (p. 177).

Continua Küng: “A mensagem da ressurreição revela algo completamente inesperado: que, apesar de tudo, este crucificado *tinha razão!* Deus toma partido a favor de quem se consagrara por inteiro a Ele, entregando sua vida por sua causa e pela dos homens. Deus se pronuncia a favor de Jesus, não a favor da hierarquia judaica” (p. 180). Com a Páscoa, a pessoa de Jesus converteu-se no modelo concreto do reino de Deus e Ele, de anunciador passou a ser o anunciado. Surgem espontaneamente os títulos cristológicos, entre os quais o de “Filho”, atribuído àquele para quem Deus era o “Pai”. Entretanto, “não são os títulos em si mesmos o critério decisivo para a fé e atuação do crente, mas *o próprio Jesus*, a sua pessoa e a sua causa: a causa de Deus e a causa do homem” (cf. p. 186-187).

No 7º e último capítulo, Küng expõe as **consequências para uma prática cristã da vida**. Depois de alertar para a necessidade de que o cristão seja antes de tudo humano, ele reafirma a tese característica do seu livro: “o cristianismo reconhece em *Jesus Cristo* aquele que lhe aponta o decisivo nesta vida, inclusive em ordem às ações concretas. Por isso, ele o *segue*” (p. 191). Esse *seguimento* é o que “distingue os cristãos dos discípulos e partidários de outros grandes homens, uma vez que os cristãos estão vinculados à pessoa de Cristo: não só à sua doutrina, senão também à sua vida, morte, e nova vida”. Ainda quanto ao *seguimento*, Küng comenta o significado da cruz: seu abuso, seus equívocos, como entendê-la... uma vez que “nenhuma cruz do mundo pode contradizer o sentido que se desprende da cruz daquele que ressuscitou para a vida” (p. 196).

Depois de insistir que, no caso de Jesus, o que nos move não é uma ideia, um princípio, um sistema conceptual, mas “a sua pessoa concreta e determinante, com sua plasticidade, perceptibilidade e realizabilidade, atraindo, exigindo, alentando. E assim Jesus, com tudo o que é e significa, se mostra não só como *luz* e *palavra* para o ser humano, mas como *caminho, verdade, vida*” (p. 199). Afinal, porém, qual o específico



cristão e o especificamente humano, ou seja, qual a relação entre o *ethos* cristão e a ética mundial? A resposta é uma só: “o específico cristão é o *conjunto* do Jesus histórico e do Cristo exaltado em sua unidade, *esse mesmo Cristo Jesus* que pregou e é pregado (proclamado) como o Crucificado e o Vivente” (p. 201). Küng reflete, igualmente, sobre “a *única* luz e as muitas luzes”: junto à palavra única de Deus, outras palavras; e junto à verdade única de Deus, outras verdades. Entretanto, mesmo com a consciência do legítimo pluralismo, “Jesus, na sua condição de *modelo fundamental* e decisivo de uma maneira de ver e viver a vida, oferece, longe de todo legalismo e toda casuística, *exemplos, sinais, orientações, diretrizes e paradigmas* que convidam, obrigam, e exigem. E assim é como impressiona e influi, modifica e transforma os que creem e, com eles, a sociedade humana” (p. 204-205).

Impressionou-me o entusiasmo que demonstra Küng pelo seu e nosso Senhor e Salvador, Jesus, ao longo de todo o livro. Entusiasmo que jamais perde a objetividade e jamais renuncia à argumentação a mais objetiva possível. Não há notas de rodapé nem bibliografia de referência, porque tudo se encontra com abundância nas obras anteriores de toda uma longa vida. E tudo converge para a resposta à pergunta sobre o(s) motivo(s) de ser cristão, resposta que conclui o livro<sup>8</sup>: “*Seguindo o Cristo Jesus, o homem pode, no mundo de hoje, viver, atuar, sofrer e morrer, realmente, como humano: na ventura e na desgraça, na vida e na morte, sustentado por Deus e ajudando os outros*” (p. 207).

*E-mail do resenhista:*

ney.brasil@itesc.org.br

<sup>8</sup> E que já apareceu no final da Introdução (p. 13), retomada do final da sua obra maior, de 40 anos atrás, “Ser Cristão”, de 1974.